



LEI Nº 568/2019.

**EMENTA: Dispõe sobre o Plano de Custeio e Alíquota Suplementar do Regime próprio de Previdência do Município.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALOÁ, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, consoante disposições contidas na Constituição do Estado de Pernambuco, na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

**Art. 1º.** A alíquota de contribuição de responsabilidade da Prefeitura, suas autarquias e fundações prevista no art. 93, inciso IV, da Lei nº 416/2006, será de 20,85% (vinte vírgula oitenta e cinco por cento), incidindo sobre a totalidade da remuneração de contribuição, já incluso os 2,00% (dois por cento) da taxa de administração.

**Art. 2º.** Institui-se, a título de alíquota suplementar, sendo ônus exclusivo da prefeitura municipal de Saloá, suas autarquias e fundações alíquota de 14,15% (quatorze vírgula quinze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, com incremento do valor de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento) a cada exercício, findando tal plano de custeio no exercício de 2045, vide tabela no anexo I.

**Parágrafo único.** A majoração da alíquota pertinente ao custo suplementar em cada exercício futuro, a contar de 2020, fica previamente condicionada à comprovação de sua necessidade em avaliação atuarial a ser realizada no exercício imediatamente anterior.

**Art. 3º.** Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que a LEI Nº 568/2019 foi publicada nos termos do art. 65 da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 97, § 2º alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco.

Salóá, 26 de JUNHO de 2019

Sec. de Administração

GABINETE DO PREFEITO, em 26 de junho de 2019.

  
**Manoel Ricardo de Andrade Lima Alves**  
Prefeito



## ANEXO I

Ano	C.S.
2019	14,15%
2020	19,55%
2021	24,95%
2022	30,35%
2023	35,75%
2024	41,15%
2025	46,55%
2026	51,95%
2027	57,35%
2028	62,75%
2029	68,15%
2030	73,55%
2031	78,95%
2032	84,35%
2033	89,75%
2034	95,15%
2035	100,55%
2036	105,95%
2037	111,35%
2038	116,75%
2039	122,15%
2040	127,55%
2041	132,95%
2042	138,35%
2043	143,75%
2044	149,15%
2045	154,55%



**Manoel Ricardo de Andrade Lima Alves**  
Prefeito



**LEI Municipal nº 498/2013.**

**EMENTA:** “fixa as Alíquotas do fundo de Previdência de Saloá e dá outras providências.”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALOÁ**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município de Saloá, faz saber que o Poder Legislativo **APROVOU**, e eu Prefeito do Município **SANCIONO** a seguinte Lei:

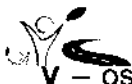
**Art. 1º.** São fontes de financiamento do plano de custeio do RPPS as seguintes receitas:

I - o produto da arrecadação referente às contribuições de caráter compulsório, dos servidores ativos de qualquer dos Poderes do Município, suas autarquias e fundações, na razão de 11% (onze por cento) sobre a sua remuneração de contribuição;

II - o produto da arrecadação referente às contribuições dos aposentados e pensionistas de qualquer dos Poderes do Município, suas autarquias e fundações na razão de 11% (onze por cento), incidentes sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e das pensões concedidas pelo RPPS que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS;

III - o produto da arrecadação da contribuição do Município – Administração Centralizada, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações Públicas, equivalente a 25,52% (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento), sobre o valor da





V – os valores recebidos a título de compensação financeira, prevista no § 9º do art. 201 da Constituição Federal;

VI – os valores aportados pelo Município.

VII – as demais dotações previstas no orçamento municipal.

VIII – quaisquer bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária.

**§1º** - Quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, a contribuição prevista no inciso II incidirá apenas sobre a parcela de proventos de aposentadoria e de pensão que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

**§2º** - As alíquotas previstas, no presente artigo, poderão ser alteradas por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, sempre que se fizer necessário para a adequação ao cálculo atuarial anual.

**Art. 2º.** O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

**§ 1º** As alíquotas de responsabilidade do Município, previstas no art. 1, III, poderão ser revistas por Ato do Poder Executivo conforme reavaliação atuarial anual.

Praça São Vicente, 43 – Centro – Saloá – PE  
Cep.55.350-000 – Fone(87) 3782-1181  
Cnpj. 11.155.714/0001-00





**§ 2º** O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

**Art. 3º.** As disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS serão depositadas em contas distintas das contas do Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Os recursos referidos no caput serão aplicados nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeira, conforme as diretrizes estabelecidas em norma específica do Conselho Monetário Nacional e a Política de Investimentos do Fundo, vedada a concessão de empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao Município, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados ou dependentes.

**Art. 4º.** A escrituração contábil do RPPS será distinta da contabilidade do ente federativo, inclusive quanto às rubricas destacadas no orçamento para pagamento de benefícios, e obedecerão às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, e demais atos normativos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

**Art.5º.** Esta Lei entrara em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de Setembro de 2013



Manoel Ricardo de Andrade Lima Alves  
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ  
Praça São Vicente, 43 - Centro  
Saloá - PE



Documento Assinado Digitalmente por: MANOEL RICARDO DE ANDRADE LIMA ALVES  
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 62186139-2311-47b5-9ba6-c39e1ef8ac13

## DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaramos para os devidos fins e efeitos de comprovação legal, que foi publicado no PLACAR desta Prefeitura Municipal no dia 13 de Setembro de 2013, a Lei Municipal nº 498/2013, de 13 de Setembro de 2013, que fixa as Alíquotas de Contribuições Previdenciárias do RPPS, em conformidade com a Reavaliação Atuarial, realizada na segunda feira, 31 de Dezembro de 2012.

Saloá, 13 de Setembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Secretário de Administração